

O CONTATO INICIAL DOS DESCENDENTES DE POMERANO COM OUTRO NO ESPÍRITO SANTO

Cione Marta Raasch Manske, UVV/PUC - SEDU¹

Resumo: Em Santa Maria de Jetibá, no Espírito Santo, a maioria da população descende dos pomeranos que imigraram para a região no séc. XIX. O que é relevante destacar desse contexto, é que apesar de não terem mais o território e a cultura pomerana como referência da etnia no continente originário europeu, a tradição pomerana é constatada nas ações diárias do grupo por meio da língua, da alimentação, dos rituais ligados à crença popular e à religião. Essa composição vincula o modo de vida do descendente de pomerano à memória dos primeiros imigrantes, contudo, numa perspectiva apátrida. Embora a cultura pomerana assuma relevância na organização do grupo, o que não podemos negar é que ao longo dos anos essas características concorreram com contínuas e complexas circunstâncias nacionais que influenciaram a realidade que se constituía. Partindo desse pressuposto, observamos que esse processo forjou a criação de comportamentos peculiares dos descendentes de pomeranos no contato com o outro. A cautela, a objetividade e comportamento franco imperam no contato inicial com os que chegam à localidade, e de forma mais contundente, ao interior do município. Questionamentos em português ou em pomerano sobre a origem dos que estão conhecendo, introduzem particularidades ao diálogo e instituem uma relação de distanciamento. Vale lembrar que essa delimitação no primeiro contato tende a atenuar mediante confirmação da descendência pomerana no outro, entretanto, se contrário, apenas o tempo associado à convivência com os que chegam permitem o desvanecer dessa maneira cuidadosa de entender o novo do descendente de pomerano.

Palavras-chave: Descendente de pomerano; Outro; Espírito Santo.

Origens da cautela

Os imigrantes pomeranos que chegaram ao Espírito Santo a partir de 1859, em sua maioria, foram encaminhados à colônia de Santa Leopoldina, que por ocasião da continuidade do processo migratório recebeu o título de terceira colônia do império em número de imigrantes, num total de 12 mil, além de se tornar o município de maior extensão territorial. Contudo, o desenvolvimento econômico da região começou a definir após 1896 por motivação do fim da imigração ocasionado pela crise financeira local e devido à proibição da imigração dos países europeus para o Brasil.

Motivados pelo desemprego e a fome que assolavam a região da Pomerânia devido à ruptura do feudalismo e a política pública do governo brasileiro de substituir a mão de obra escrava e de povoar áreas devolutas, um grande número de colonos pomeranos chegou ao Porto de Cachoeiro, na colônia de Santa Leopoldina. Muitos desses colonos foram localizados no distrito de Jaquitibá, região de origem do município atual de Santa Maria de Jetibá.

As décadas iniciais que se seguiram ao estabelecimento do grupo impulsionaram uma organização comum que objetivava não somente a permanência na região, mas instituíram ações que permeavam a sobrevivência do pomerano. Sem a presença do Estado, questões de saúde, educação e demais demandas que surgissem tinham encaminhamentos no próprio grupo. Ligada a essa configuração, o desconhecimento da língua portuguesa e a comunicação restrita à língua materna, a língua pomerana, impuseram limitações ao grupo e intensificaram a necessidade de uma dinâmica local.

O procedimento de não intervenção do Estado entre os pomeranos, no entanto, não perdurou, e a partir do início do séc. XX as tentativas de introduzir a cultura nacional no grupo tornou-se menção entre os dirigentes estaduais, como cita, o Coronel Henrique da Silva Coutinho, presidente do estado do Espírito Santo, na mensagem apresentada ao congresso legislativo:

¹ Mestre em Ciências Sociais – UVV/PUC, Secretaria da Educação do Governo do Estado do Espírito Santo – SEDU.

O menino, filho ou de neto de estrangeiros, em nossas ex-colônias ignora quase que geralmente a língua portuguesa, e a única noção que tem de pátria é a que lhe é insinuada pelos seus progenitores, que naturalmente amando a terra de seu nascimento, inoculam no coração de seus filhos esse sentimento, que só pode ser combatido pelo professor inteligente e digno, que ensine a língua portuguesa e faça nascer no coração de seus discípulos o amor por esta pátria, tão esplendidamente bella e tão seductura como a mais seductora e aprasivel do mundo. (1904, p.14)

Deduz-se disso que a situação instituída entre os pomeranos merecia atenção especial dos governantes devido a convivência local ter por base a tradição pomerana e não a nacional. A organização dos imigrantes e de seus descendentes baseada na existência na Pomerânia se justificava pela ausência de uma referência da cultura local entre os colonos, questão que passa a ser observada com desabono e preocupação pelo governo estadual, uma vez que a continuidade desse arcabouço cultural pomerano no cenário local poderia criar um “Estado pomerano” dentro do Estado nacional.

A preocupação do governo em 1904, entretanto, não representou mudanças por não constituir política intervencionista a partir de então, como propunha o presidente. Os presidentes estaduais que sucederam o Coronel Henrique da Silva Coutinho também mencionavam apreensão com a organização pomerana, mas não conseguiram introduzir de forma contundente uma política pública que tivesse por base a cultura nacional. O que essa premissa permitiu foi a continuidade das atividades pomeranas baseadas na tradição imigrante. Esse contexto acaba por forjar a intensificação das lembranças dos imigrantes do cotidiano na Pomerânia, e como consequência desse processo, continuaram a reproduzir sua cultura na localidade.

Os descendentes de pomerano vão, por meio das lembranças da Pomerânia acionadas no grupo pelos membros que tiveram a convivência, absorvendo e assimilando essa menção como parte de sua história, mesmo não tendo participado do cotidiano no território originário da imigração. Percebemos, nessa constituição, que as lembranças instituem testemunho de vivência por meio da comunicação e complementam um sistema que tem por apoio a memória do grupo. (BOSI, 1994, p.414).

Resta precisar ainda um último ponto, que é essencial: como é que o tempo se articula num espaço organizado? Como se efetua sua “penetração” no modo de ocasiões? Em suma, qual a *implantação da memória num lugar* que já forma um conjunto? Este é o momento equilibrista e tático, o instante da arte. Ora, essa implantação não é localizada nem determinada pela memória-saber. A ocasião é “aproveitada”, não criada. É fornecida pela conjuntura, isto é, por circunstâncias *exteriores* onde um bom golpe de vista consegue reconhecer o conjunto novo e favorável que irão constituir mediante um *pormenor a mais*. Um toque suplementar, e ficará “bom”. Para que haja “harmonia” prática, falta apenas um pequeno nada, um pingote de algo, um resto que se tornou precioso na circunstância, e que o invisível tesouro da memória vai fornecer. [...] (CERTEAU, 1994, p. 162)

A associação desses fatores permeou a convivência pomerana no Espírito Santo e possibilitou a manutenção da tradição de forma que a alimentação, a fé, a língua e os costumes tivessem por característica a cultura imigrante. A cultura nacional, por não constituir referência, não apresentava relevância ao grupo. Vale destacar, entretanto, que a partir da década de 30, com o governo de Getúlio Vargas, o nacionalismo vai se moldar e constituir a premissa do Estado e o modo de vida pomerano vai se tornar alvo de políticas públicas específicas que objetivavam a imposição da cultura nacional em oposição às culturas distintas.

Vargas, visando à difusão do nacionalismo por meio da educação escolar, uma das bases de sua política, instituiu a nacionalização das escolas, premissa que permeava a desestruturação da manutenção das culturas imigrantes e absorção da cultura nacional pelos imigrantes e seus descendentes a partir da obrigatoriedade da língua portuguesa e da imposição da tradição nacional nas escolas, além da proibição

da utilização da língua materna dos que constituíam uma divergência ao que era nacional no período. De acordo com Soares (1997), no Espírito Santo, essa política educacional era vista como solução para desestruturar o contexto de manutenção da cultura pomerana.

Por resistência do imigrante, ou por responsabilidade do Estado, controlado por representantes dos grandes fazendeiros, o certo é que o problema nunca fora resolvido satisfatoriamente, pelo menos para os descendentes de alemães. Coube ao Estado Novo implementar as medidas politizadas do que chamou de “nacionalização do ensino”. [...] (SOARES, 1997, p. 69)

As intervenções da nacionalização alcançaram as localidades urbanas e as cidades do interior, contudo, por limitação da fiscalização local, as áreas mais rurais conseguiram preservar a escola baseada na educação pomerana no Espírito Santo. Essa menção possibilitou aos pomeranos e seus descendentes continuarem falando a língua pomerana, alusão de controle, proibição e motivação da não absorção da cultura nacional instituída pela proposta nacionalista.

A dinâmica governamental que impulsionava as medidas sociais e políticas nacionalistas de imposição da cultura local ao imigrante no Brasil persistiu à Segunda Guerra mundial. Perseguições e proibições foram acrescentadas ao contexto pomerano, justificado pela representação que a imagem alemã alcançava entre os nacionais, uma vez que eram imigrantes da nação combatida na Segunda Guerra. Essa repercussão desencadeou prisões e invasões domiciliares na cidade de Santa Maria de Jetibá.

Apesar dessa menção, observa-se que na localidade, os pomeranos, em especial nas regiões mais ao interior, mantiveram, mesmo que de forma clandestina, a língua e a cultura reconstituindo a memória dos imigrantes. A manutenção dos costumes no interior, apesar da configuração do medo que era incutido a partir das notícias que chegavam sobre como era contida a postura alemã entre os brasileiros, se justificava pelo fato de restringirem suas atividades no campo ao seio familiar, e o resultado de seu labor ser repassado a outro pomerano que fazia o transporte das mercadorias a um entreposto comercial.

Com a abertura política e a Constituição de 1988, a apreciação do direito à liberdade e o respeito aos cidadãos sem qualquer forma de discriminação prevista em lei permitem o reconhecimento da tradição que acompanha o descendente de imigrante no país. Outra menção que se faz necessário é a possibilidade de criação de políticas públicas municipais e estaduais que abarcam essa menção. Assim a diversidade cultural brasileira dá início, após anos de ausência, oposição e imposição, a um lento procedimento de reconhecimento e respeito às etnias que compõe o arcabouço cultural nacional.

Essa concepção impeliu um processo de institucionalização da cultura pomerana por meio de programas e leis que evidenciam a reivindicação e o reconhecimento identitário. O ápice desse procedimento se constituiu entre 2003 e 2009, período em que Santa Maria de Jetibá em parceria com outros quatro municípios capixabas colonizados por pomeranos - Pancas, Laranja da Terra, Vila Pavão e Domingos Martins - idealizaram uma política pública de atendimento à cultura pomerana nessas localidades, instituindo o PROEPO, programa de educação escolar bilíngue, que reconhece como oficial a língua portuguesa, mas estabelece a língua pomerana como co-oficial.

Cabe lembrar, contudo, que a valorização e o reconhecimento cultural são adventos recentes em relação à constituição histórica de todo um processo de ausências e imposições que permearam a história desse

grupo. Por assim dizer, as formas de reconhecimento do pomerano e de identificação do outro estão atrelados a essa configuração da histórica que permeia o cotidiano do pomerano e seu descendente no Espírito Santo.

Procedimentos no contato

A forma de identificação dos descendentes de pomerano no município de Santa Maria de Jetibá no Espírito é instituída de significação que envolve identidade e reconhecimento. Esse apontamento refere-se ao questionamento “você é de origem?”, utilizado por moradores, em especial, do interior do município, no contato com pessoas não residentes da região. Notoriamente, essa indagação vem acompanhada de curiosidade e desconfiança, condições que surpreendem os desconhecidos do contexto característico dos descendentes dos pomeranos que imigraram da Pomerânia para o Brasil no séc. XIX e se instalaram na localidade.

Os descendentes de pomerano utilizam esse questionamento para identificar a afinidade étnica entre eles e os que chegam à localidade atribuindo ao termo *origem* valor identitário. A menção que se pretende estabelecer ao apresentar essa indagação é o reconhecimento da etnia por meio da pátria originária, a Pomerânia. A instituição da ligação entre os descendentes desse grupo no Espírito Santo e a Pomerânia é relevante por revelar um simbolismo que permeia a memória e as lembranças do período da imigração, desconsiderando a situação apátrida em que a contemporaneidade lhes impõe, justificado pelo fato da região onde o território pomerano se constituía no período da imigração não apresentar traços dessa cultura na Europa atual como é constituída na localidade brasileira.

A partir desse preceito, consideramos Bosi (1994), ao apresentar que a convivência e a interação em um grupo social permeiam a memória dos seus membros de forma a assumir relevância na constituição de sua organização.

Uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. Ela entretém a memória de seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo. Vivendo no interior de um grupo, sofre as vicissitudes da evolução de seus membros e depende de sua interação. [...] (BOSI, 1994, p. 408-411)

É reconhecível, no procedimento da busca pela origem, outro apontamento, a distinção da outra origem no contato. O descendente de pomerano, a partir da necessidade de reconhecimento na apresentação inicial, muitas vezes se apoia, por meio de questionamentos, na indicação do outro sobre sua matriz familiar para designar a pátria originária dos que chegam. A distinção originária do outro por meio do reconhecimento do grupo familiar permite ainda ao descendente de pomerano identificar demais grupos de imigrantes vindos da região da Alemanha. Vale lembrar, a partir dessa consideração, que o descendente de pomerano, mesmo tendo seu território anexado à Alemanha num período anterior à imigração, se identifica originário da Pomerânia e não da Alemanha.

Outra característica a assinalar na identificação pomerana no contato com pessoas não residentes na localidade é a apropriação da língua pomerana. Acionada no processo bilíngue, a língua pomerana apresenta-se num enlace harmonioso com a língua portuguesa, nesse sentido, não apresenta contraposição. Por ser observada nos momentos de trabalho, na sociabilidade do grupo e utilizada por grande parte das famílias localizadas no interior como a principal falada, a língua pomerana institui uma referência específica

para a região. Observa-se a presença de idosos que falam apenas o pomerano e de crianças que chegam à idade escolar sem falar o português. Nessa lógica, a língua pomerana, acompanhada da possibilidade de reconhecer-se no outro por meio do questionamento sobre a origem étnica, estabelece a distinção linguística dos descendentes de pomerano no Espírito Santo.

A utilização da língua pomerana associada à língua portuguesa estabelecida no contato inicial apresenta ainda as designações *os brasileiros*, *os pretos* ou *os sward*. Essas foram indicações, que ao longo dos anos se mantiveram como forma de identificar os brasileiros que chegavam entre os pomeranos, premissa que constitui o limite da cultura pomerana e apresenta o outro. Essa denominação reverencia a diferença e aproxima o pomerano do que é nacional. A apropriação da língua portuguesa no diálogo constitui parte desse arcabouço que permeia uma nova configuração a partir do contato.

Bahia (2011) considera que essas designações em relação ao brasileiro possibilita ao descendente de pomerano uma comparação que contrasta o outro à sua cultura.

[...] Vemos que a língua é o elemento de maior importância na construção dos limites da identidade étnica, estabelecendo uma identidade contrastiva com o uso do termo *sward* (moreno/preto), que é designado para classificar os brasileiros. (BAHIA, 2011, p. 106)

Para compreendermos a utilização da língua pomerana e demais peculiaridades étnicas dos descendentes de pomerano em Santa Maria de Jetibá, observamos ainda a relevância que a preservação da tradição pomerana impõe a esse procedimento. Importa referir que as representações da identidade étnica desse grupo são condições que remontam a forma de vida num contexto social de organização e significação estabelecidas ao longo dos anos, disposição instituída a partir da imigração. Nesse sentido, não é possível negar a influência exercida por condições que envolvem a sociabilidade do grupo, o que permeou “adequações” à cultura pomerana. Essa nova estruturação a que nos referimos está relacionada a um português “arrastado” e a produção de frases que começam em português e se encerram em pomerano e vice-versa, comunicação estabelecida em virtude da utilização do bilinguismo e observada no contato inicial com o outro.

Aqui se situa a referência de Holanda (1995, p. 40), que indica que “[...] a experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e elabora em geral os traços de outras culturas, quando estes encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida [...]”. Tomando por base a relevância dada às adequações ao modo de vida dos grupos no processo de apropriação de culturas alheias, é possível perceber essa menção permeando o cotidiano dos descendentes de pomerano no Espírito Santo. As constituições diárias que moldam a cultura no grupo são apropriadas por idas e vindas às duas tradições como forma de reverenciar não somente o estado presente de sua brasilidade, mas de coexistência, contudo, não destituindo por esse motivo a manutenção da cultura pomerana.

Esse ir e vir entre as culturas pomerana e nacional no contato inicial com o outro é acrescida de prudência, poucas palavras, como se uma apreciação, um parecer dos que chegam tivesse sendo elaborado pelo descendente de pomerano. A objetividade do comportamento se desvanece mediante confirmação da origem pomerana no outro, mas se ao contrário, a postura de observação permanece. O distanciamento instituído pelo contato com as pessoas não originárias pomeranas diminui apenas com o tempo e por meio da confiança obtida pelo descendente de pomerano na pessoa que chega.

Esse contexto como pano de fundo nos permite entender que essa maneira meticulosa dos descendentes de pomerano de aproximação, apropriação e reconhecimento da tradição do outro e dos que se apresentam comum ao grupo, num contexto tão diverso como o cenário nacional, é um processo constituído na apresentação do descendente de pomerano ao outro e aos de sua etnia, que ao longo dos anos, por resistências, rupturas, rearticulações e combinações, remontam a história e a identidade do pomerano no Espírito Santo.

Considerações finais

Ao buscarmos os elementos da cultura pomerana no Espírito Santo observamos que sua constituição permeia um processo de formação cultural histórico. Da Pomerânia à atualidade, as lembranças, as permanências e as destituições estão presentes no cotidiano desse grupo e revelam características que delinham a essência do descendente de pomerano na contemporaneidade.

O que traz à tona essa busca é o reconhecimento da manutenção da cultura pomerana na língua, na alimentação, nos ritos e na crença, o que nos permite observar que a herança cultural se sobressai de forma a tonar-se referência, menção que nos remete especificar que a constituição histórica do pomerano e seu descendente no Brasil não destituíram os traços culturais da etnia originária.

Todavia, não podemos desconsiderar que o entrelaçar do que é próprio do pomerano com a tradição nacional propiciado pela imigração e pelo contato das culturas distintas assinalou aproximações e complementaridades. Tal fato propiciou, concomitante à preservação da tradição pomerana, o surgimento da forma peculiar que o descendente de pomerano apresenta no contato inicial com o outro no Espírito Santo.

Referências

BAHIA, Joana. **O tiro da bruxa: identidade, magia e religião na imigração alemã**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BOSI. Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano, 1. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1994.

HOLANDA. Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOARES, Renato. **Spini nei Fiori: a “nacionalização” das escolas dos imigrantes no Espírito Santo, na Era Vargas**. Vitória: Darwin, 1997.

Acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Mensagem apresentada ao congresso legislativo na abertura da primeira sessão da quinta legislatura pelo presidente do Estado do Espírito Santo, Coronel Henrique da Silva Coutinho – projeto biblioteca digital - http://www.ape.es.gov.br/pdf/Mensagem/1904_set_07_Henrique_Silva_Coutinho.pdf. Acesso em 13/07/2015.